

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PROPOSIÇÕES E ANÁLISES A PARTIR DO MACIÇO GERICINÓ-MENDANHA/RJ

*Environmental Education in Protect Areas as an instrument of territorial
development: propositions and analyses based on the Maciço Gericinó-
Mendanha/RJ*

Edileuza Dias de Queiroz

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Lucas da Silva Quintanilha

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

Educação Ambiental (EA), no contexto das Unidades de Conservação (UC), representa um instrumento de uso público essencial para a manutenção da biodiversidade nesses territórios. Nesta direção, o presente artigo é um dos frutos da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado, financiado pela FAPERJ. O objetivo aqui é apresentar e analisar metodologias de EA que podem ser desenvolvidas com comunidades que residem no entorno das UC do Maciço Gericinó-Mendanha/RJ. A metodologia consiste em aprofundamento teórico acerca da temática, trabalhos de campo, observação in lócus, aplicação de questionários, desenvolvimento de atividades pautadas na EA de base comunitária com moradores dos entornos das UC do território em questão. Os resultados preliminares têm se mostrado positivos, e tem-se observado o desejo das comunidades em conhecer mais e participar das atividades desenvolvidas pela gestão das UC, buscando melhoria socioambiental para o território, bem como o desenvolvimento de outras pesquisas de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.

Palavras-chaves: Educação Ambiental; Unidades de Conservação, Desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

Environmental Education (EE), in the context of Protect Areas (PA), represents an essential public instrument for maintaining biodiversity in these territories. In this sense, this is one of the results of research developed within the scope of the Young Scientist Program of Our State, funded by FAPERJ. The objective here is to present and analyze EE methodologies that can be developed with communities living in the vicinity of the PA of the Gericinó-Mendanha Massif/RJ. The methodology consists of theoretical in-depth study of the theme, fieldwork, on-site observation, application of questionnaires, development of activities based on community-based EE with residents to make up communities surrounding the CUs of the territory in question. The preliminary results have been positive, and we have observed the desire of the communities to learn more and participate in the activities developed by the management of the CUs, seeking socio-environmental improvements for the territory, as well

as the development of other Scientific Initiation, Master's, Doctorate and Post-doctare research.

Keywords: Environmental Education; Protect Areas; Territorial development.

INTRODUÇÃO

Para que o uso público de uma Unidade de Conservação (UC) seja considerado eficiente, é importante que o plano de manejo seja cumprido e o seu programa de uso público posto em prática. Dentre os campos de conhecimento que podem promover uma consolidação desse uso público, está a Educação Ambiental (EA). Ressaltando a importância da EA como instrumento para a inserção social baseada no uso público nas UC, especialmente em parques, Pimentel e Magro (2014, p. 2) afirmam:

(...) é uma vertente integradora do uso público, pois representa uma atividade prevista pela lei do SNUC para os parques (BRASIL, 2002), bem como para todas as UC, frequentemente relacionada como uma ferramenta viabilizadora da gestão dessas atividades, pois parte-se da premissa que a mitigação e administração dos impactos nessas áreas protegidas dependem de um público usuário mais informado, um Conselho Gestor capacitado e a realização de pesquisas que permitam o seu monitoramento sócio ambiental.

A partir desta reflexão, compreende-se que a EA é uma forte aliada no processo de uso público nas UC, pois é um processo que a médio e longo prazos possibilita programas específicos nesses espaços, contribuindo para a efetivação de práticas sustentáveis que fortaleçam políticas de ordenamento territorial e ambiental, tendo em vista o grande potencial que esses territórios possuem para o desenvolvimento de uma EA que articule os objetivos da conservação ambiental com objetivos da transformação social, e para isso é importante processos formativos de educadores ambientais para atuarem nesses espaços.

Entende-se que a EA é parte do processo de compreensão da realidade e, mais que isso, objeto de luta por sua transformação, construindo um quadro de maior igualdade e justiça socioambiental. Assim, essa vertente formativa estimula o espírito crítico dos participantes sobre a problemática socioambiental. Partindo da problematização das formas de relacionamento da comunidade com os recursos naturais e dos conflitos existentes, pode-se buscar promover práticas sociais baseadas na racionalidade e justiça, com consequente transformação da realidade pelas próprias comunidades. Estando envolvidas no processo, estas passam a compreender melhor os fundamentos destas práticas e das situações em que se encontram.

Neste sentido, esta vertente educacional está engajada, comprometida com os objetivos de uma UC, uma vez que este espaço, segundo Quintanilha e Vallejo (2014), pode disponibilizar informações qualificadas e atualizadas, compartilhar percepções e compreensões e ampliar a capacidade de diálogo e de atuação conjunta, além de possibilitar reflexões e vivências dos diferentes atores que transitam por esses territórios. A efetividade do uso público consolidado,

inclusive com a articulação com o entorno, que é fundamental para que o planejamento seja concretizado. A participação das comunidades do entorno é fundamental para o processo de gestão, ressaltando que “(...) o envolvimento com as comunidades deve ser analisado a partir do contexto específico onde cada UC se insere” (Soares, Bensusan, Ferreira Neto, 2002, p. 41).

Logo, torna-se necessário mapear e compreender as demandas que cada uma apresenta para planejar as ações, que devem envolver o fortalecimento, a conscientização e a capacitação das comunidades. Além disso, exige também conhecimento acerca do saber ambiental, pois este “(...) flui a seiva epistêmica que reconstitui as formas do ser e do pensar para apreender a complexidade ambiental” (Leff, 2001, p. 192).

Portanto, investigar possibilidades e desafios para o uso público eficiente em UC – especialmente em Parques – através de pesquisas, pode contribuir com reflexões e ações acerca da implementação de atividades que possam levar à compreensão da importância do patrimônio social e ambiental. Ressalte-se, também, a relevância de investigar o potencial e as vocações naturais desses territórios, bem como os fatores limitantes encontrados, devendo também analisar as demandas locais e regionais (Diegues, 1989), havendo a necessidade da compreensão do plano de manejo.

Queiroz (2018), Quintanilha (2017) e Barros Junior (2024) se dedicaram a compreender o uso público e a gestão de Unidades de Conservação do Maciço Gericinó-Mendanha/RJ, apresentando análises desde o processo de criação até os diferentes usos realizados nesse território, apontando a necessidade de construções metodológicas que compatibilizem a participação das pessoas e a conservação da biodiversidade.

Neste contexto, o presente texto apresenta e discute a necessidade da EA enquanto instrumento de Uso Público imprescindível para o (re)ordenamento territorial e ambiental, atrelado ao desenvolvimento socioambiental. Para base de análise, é apresentado como recorte espacial o Maciço Gericinó-Mendanha, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Este território está localizado em três cidades que possuem suas especificidades.

A vertente do Maciço voltada para municípios da Baixada Fluminense é o recorte de interesse deste estudo, dentro deste território localiza-se o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), vide mapa 1. Para melhor compreensão, denominam-se: vertente norte e vertente sul do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), de acordo com o mapa 2. Ressalte-se que o uso dos termos “vertente norte” e “vertente sul” são utilizados para fins administrativos, o que não representa localização geográfica.

A vertente sul do PNMNI é bastante florestada, com corpos hídricos preservados no interior da UC e temperatura amena em função destes dois fatores, além disso, conta com a entrada principal do Parque. A vertente norte passou por diversos ciclos econômicos ao longo de sua história, segundo Quintanilha (2017) esses acontecimentos marcaram e caracterizaram esse território ao longo dos anos e essas marcas estão

presentes até os dias atuais, como o desmatamento e a ausência de corpos hídricos.

Torna-se muito pertinente buscar informações junto à comunidade do entorno quanto ao seu entendimento da relação sociedade-natureza. Trabalhando a percepção de lugar, meio ambiente e problemas socioambientais é possível refletir sobre novos instrumentos estratégicos que possam subsidiar ações sustentáveis nas Unidades de Conservação e em sua zona de amortecimento, ao mesmo tempo que possibilitam a integração da população na UC.

Diálogos realizados com comunidades, em março e abril de 2025, nas vertentes norte e sul do PNMNI demonstram que as pessoas tem vontade de realizar atividades que tragam informação e conhecimentos a respeito do território, entretanto, a maioria não sabe como agir, mas, estão dispostos a fazer parceria com a Universidade e com a gestão do Parque para um trabalho coletivo, também desconhecem o significado de Unidade de Conservação e a importância socioambiental. Assim, investir em formação para essa população é fundamental, isto não pode ser ignorado, pois, a questão do pertencimento, da inserção, da participação fazem com que a identidade e a valoração sejam a floradas, ao mesmo tempo que é imprescindível o diálogo com os conhecimentos que essas pessoas têm acerca do território em que vivem.

ANCORAGEM TEÓRICO CONCEITUAL: TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Encontramos nas concepções de território trazidas em diversas obras de Haesbaert (1997, 1999, 2014) importantes contribuições para os estudos ligados às UC. Em um de seus estudos ele afirma:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais (...) e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (1997, p. 42).

Isto nos remete aos territórios das UC, onde os atores que por ali transitam – sejam envolvidos diretamente na gestão, os usuários ou até mesmo a população do entorno – tem uma identidade com esse espaço, ao mesmo tempo que existem determinadas regras para a sua apropriação. A questão identitária trazida por Haesbaert, nas obras que elencamos nesta pesquisa, nos ajuda na compreensão da territorialidade existente nas UC. O autor afirma:

(...) toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (Haesbaert, 1999, p. 172).

A partir disso, compreende-se que são as relações construídas pelos diferentes atores que dão identidade ao lugar. Como afirma Saquet

(2013, p. 115), “o agir é local, territorial e significa territorialidade”. Para este autor, a territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos cujos fazem parte de grupos que formam grupos interagidos entre si, mediados pelo território, onde este significa coesão e identidade e, ao mesmo tempo, a apropriação e ordenamento político (*op. cit.*, p. 125).

No campo teórico sobre as UC, Vallejo (2005, p. 16) ressalta que o conceito de território abre possibilidades, “tanto em relação ao chamado ‘mundo natural’, quanto às questões que dizem respeito à sociedade, em geral, e grupamentos sociais, em particular”. Na obra citada, o autor apresenta e analisa as dimensões ecológica e social do território. Assim, nesta pesquisa, compreendemos as UC – mais especificamente a categoria Parque – a partir da identidade territorial, bem como no sentido de reaproximação da sociedade com a natureza.

Nesta direção, defende-se aqui o conceito de território que nos permite analisar outros valores, símbolos e sentimentos, uma vez que, numa perspectiva ligada ao meio natural, como os parques, é inegável a importância do simbolismo e da responsabilidade cultural na construção de identidades locais, regionais e/ou nacionais (Duarte, 2010). O território compõe também o “ser” de cada grupo social, por mais que a sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua. Ao mesmo tempo prisão e liberdade, lugar e rede, fronteira e “coração”, o território de identidade pode ser uma prisão que esconde e oprime ou uma rede que se abre e conecta e um “coração” que emana poesia e novos significados.

É nesta perspectiva de produto de identidade que se insere neste estudo, pois conservar os bens naturais acaba nos remetendo ao sentimento de pertencimento, de identidade. Entende-se que, para a compreensão das UC é necessário a compreensão do conceito de território e suas múltiplas materializações em diferentes tempos, tendo em vista, também, a dinâmica das sociedades, no âmbito deste estudo, as populações que residem nos entornos mais imediatos a esses territórios.

Nesta direção, compreende-se a Educação Ambiental de uma maneira complexa, a mesma assume um papel transformador e emancipatório tornando-se uma importante ferramenta de empoderamento dos sujeitos na busca da transformação territorial, sendo necessário reconhecimento do território e seus atores, estando em contínua evolução, transformação e palco de um cenário repleto de conflitos socioambientais. Acredita-se que a Educação Ambiental é entendida representa uma importante ferramenta de luta na busca de transformação da sociedade, com justiça social e ambiental.

Neste contexto, a Educação Ambiental voltada para melhoria da qualidade de vida de uma comunidade, no sentido de se construir um ambiente saudável a existência dela, perpassa o entendimento do território e, mais ainda, o entendimento de território pelas características culturais e identitárias de apropriação do espaço vivido, bem como todo o conhecimento que essa comunidade carrega.

De acordo com Costa e Maciel (2006), um dos objetivos claros da Educação Ambiental é fazer perceber a problemática ambiental que vive

determinada comunidade; porém, esse fazer-perceber deve ser trilhado buscando desvendar o cotidiano das pessoas que vivem nela. Não se estabelece qualquer prática antes de entender as pessoas com quem estamos trabalhando, suas necessidades, interesses, gostos e costumes. E nesta direção, acreditamos no potencial da Educação Ambiental de Base Comunitária como fundamental para um trabalho efetivo com a comunidade a partir de suas demandas e conhecimentos.

Nesta direção, Mellazo (2005, p. 50), afirma que as atividades de Educação Ambiental “(...) devem proporcionar à comunidade uma maior sensibilização em relação ao meio ambiente com o propósito de fortalecer o exercício da cidadania e as relações interpessoais com a natureza”, isso pode desenvolver “(...) atitudes capazes de produzirem novas ações coerentes com a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica, social e espacial”, e isto em Parques, tanto no seu interior quanto no entorno, pode trazer resultados positivos.

METODOLOGIA

Conforme breve descrição acima, o recorte espacial desta pesquisa é o Maciço Gericinó Mendanha/RJ, que apresenta características socioambientais distintas, de acordo com sua localização, pois como já apresentado, uma parte é voltada para o município do Rio de Janeiro e outra voltada para municípios da Baixada Fluminense, com características sociais e ambientais distintas. Por este motivo, a metodologia aplicada respeitou as características geográficas e sociais.

Nesta direção, acredita-se ser importante o desenvolvimento da Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC). Segundo Pelacani *et al* (2021, p. 05), a EABC emerge de “uma estreita parceria com as comunidades, levando-se em conta os contextos locais, as especificidades dos territórios, bem como empregando os saberes locais e as memórias comunitárias como elementos basilares de suas propostas pedagógicas”.

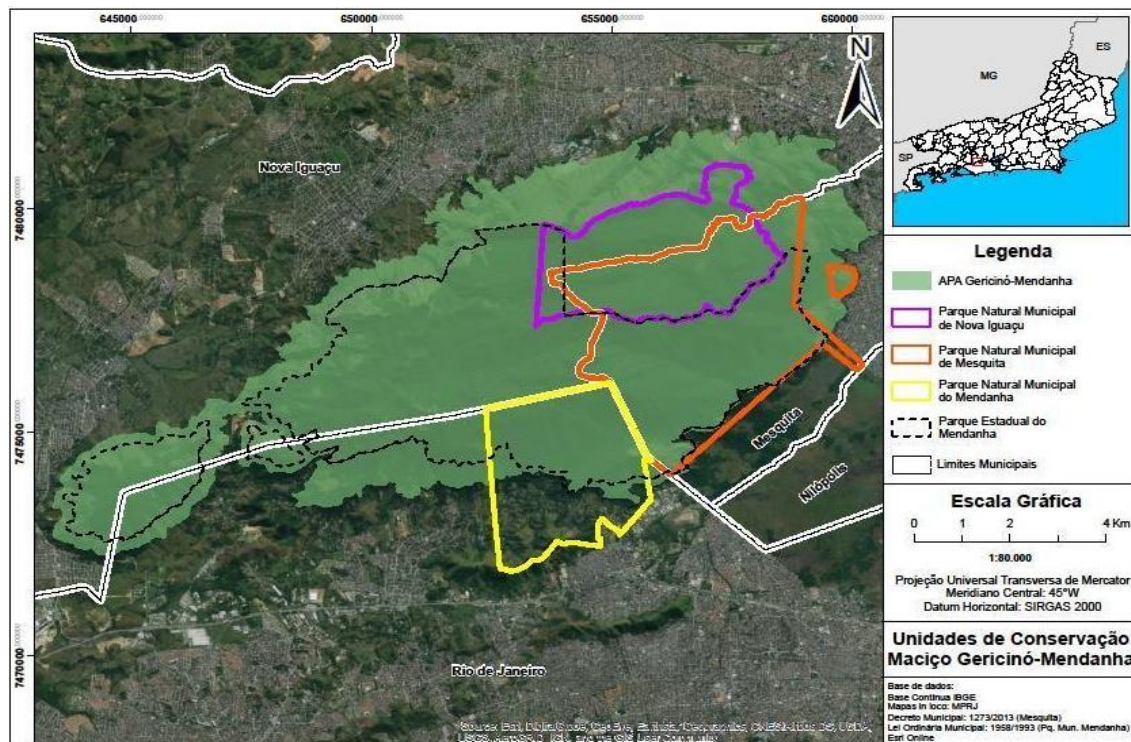
A EABC é ancorada não somente pelo diálogo com a comunidade, mas também por uma abordagem de pesquisa que torne os sujeitos participantes ativos do processo. Desta forma, a metodologia deve iniciar-se com o reconhecimento do território e suas especificidades, analisando as problemáticas existentes, a seguir, a participação das pessoas imersas nesse território. Posteriormente, produção dos dados de maneira dialógica – pesquisadores e moradores – sistematizar os dados e interpretar os resultados à luz do conhecimento científico e dos saberes populares.

Torna-se importante analisar as características socioambientais do Maciço Gericinó-Mendanha através de diferentes Unidades de Conservação, sendo algumas sobrepostas. Tendo em vista que as atividades realizadas com a população são sempre de acordo com suas especificidades, e as características de cada UC é determinante para a abordagem.

Por sua extensão territorial corresponder à diversas municipalidades do Rio de Janeiro, cada vertente do maciço teve especificidades na forma de ocupação, exploração e proteção dependendo

do momento histórico, sendo uma parte relacionada às dinâmicas de ocupação da Baixada Fluminense, enquanto a outra está intrinsecamente ligada às dinâmicas da cidade do Rio de Janeiro.

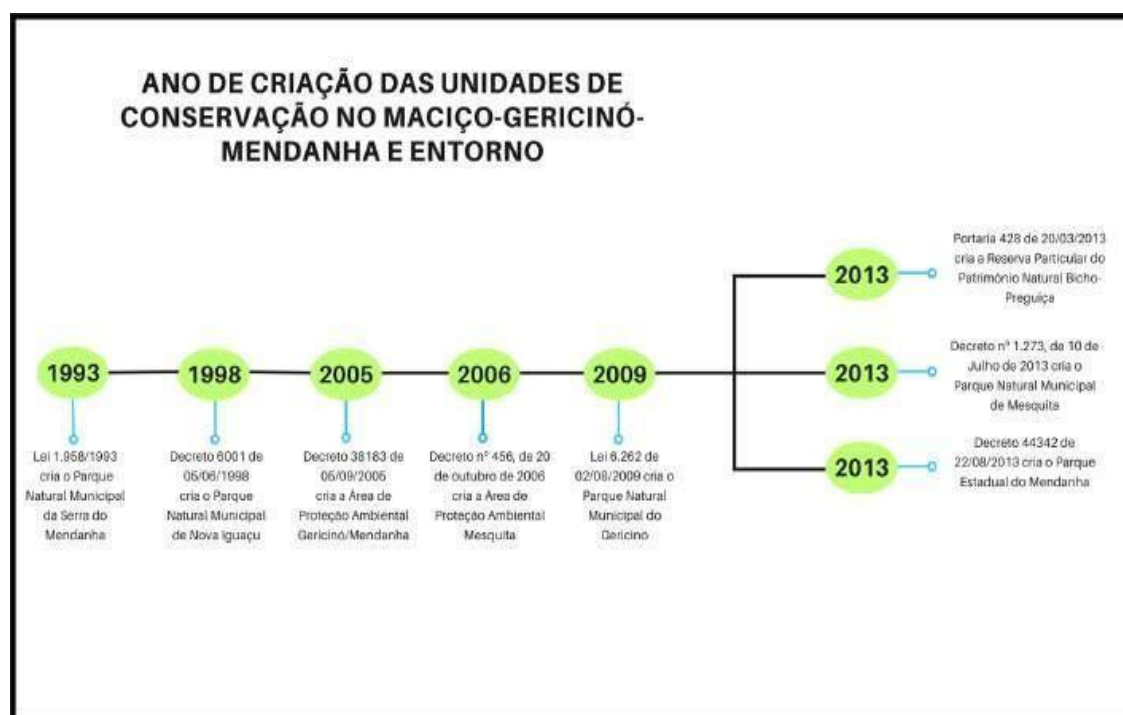
Mapa 1 – UC localizadas no Maciço Gericinó-Mendanha-RJ



Fonte: Queiroz, 2018

No mapa 1 acima, pode-se observar que o maciço Gericinó-Mendanha está localizado em três municípios do estado do Rio de Janeiro: Nova Iguaçu, Mesquita e Rio de Janeiro, essa divisão resulta em diversas UC que possuem diferentes realidades, que podem ser trabalhadas com a população em prol de uma EA efetiva.

Neste sentido, a necessidade de uma integração entre as UC se faz necessário quando é observado que embora estejam em municípios diferentes, possuem semelhanças em seus territórios, e essas similaridades podem gerar trocas entre as próprias gestões de formas de pensar a população imersa nas unidades com o intuito de um uso público adequado.

Quadro 1 - Criação das UC do Maciço Gericinó-Mendanha/RJ

Fonte: Barros Jr, 2024

A partir do quadro acima, podemos perceber alguns fatos interessantes. O primeiro é que apenas duas UC das oito foram criadas antes da instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, sendo seis criadas após a legislação atual. Destas, vale destacar que três foram criadas no ano de 2013, em esferas diversas, públicas e privadas, municipais e estaduais.

Embora note-se que a quantidade de UC na região foi aumentando ao longo dos anos, ainda sim é notado a carência no que tange ao envolvimento com a população local, pois é esse o público que conhece e convive naquela realidade, então um método para que exista um uso público desejado é tornar a participação dessas pessoas efetiva e de forma ativa, a partir de atividades, capacitações, dentre outras estratégias que podem ser desenvolvidas a partir da gestão.

Destaque-se que a criação de uma UC não representa, pelo menos a curto prazo, uma transformação territorial, isto pode ser percebido no Maciço Gericinó-Mendanha, onde o poder público permitiu a criação de diferentes espaços legalmente protegidos, mas a população não teve a inserção necessária, ancorada em processos formativos acerca do território em questão. O mapa 2, a seguir, representa esta falta de formação e integração da população sobre os aspectos socioambientais territorial. O PNMNI representado, é composto por duas vertentes que têm características geográficas distintas, assim como a relação da população das respectivas vertentes, que não dialogam sobre o território e também não há projetos da gestão da UC para que isso aconteça.

Mapa 2 – Zona de Amortecimento e as vertentes Norte e Sul do PNMNI

Fonte: Queiroz, 2018

Neste mapa pode-se observar que essa referida UC está situada em dois municípios, Nova Iguaçu e Mesquita, sendo gerida pelo primeiro. As populações dos entornos das vertentes norte e sul, geralmente não entendem que estão situados em uma zona de amortecimento, mas compreendem a importância da UC e possuem desejo de uma participação ativa, pois isto é geralmente apontado pela população quando se é perguntado a respeito de proposta de realização de atividades, logo é perceptível que existe uma necessidade de trabalhar com a população e torná-los atuantes nas questões socioambientais do território, buscando o desenvolvimento socioambiental.

Assim, é perceptível o desejo da população contribuir com o desenvolvimento territorial da região onde moram através de uma participação efetiva. Nesta direção, Guimarães (2004, p. 73) alerta que, “(...) a participação só se dará de fato com a mobilização, com a motivação (ação em movimento) dos atores sociais em atuar, criando um comprometimento com o processo; ou seja, o espaço da participação é imbricado ao da mobilização.”

No contexto das UC, a participação é fundamental, Primack e Rodrigues (2001) afirmam que é essencial para a sua consolidação, e que, o envolvimento da sociedade é um elemento que deve ser incorporado às estratégias de conservação. Entretanto, para que isso ocorra é necessário que as pessoas sejam instrumentalizadas, empoderadas por meio de processos formativos a partir de ações que atendam aos seus interesses. Afinal, de acordo com Quintas (2009), as pessoas não nascem participativas, elas podem vir a ser, é preciso compreender que: “Ser participativo não é uma conduta social automática dos indivíduos. É algo

que se aprende na prática e sob certas condições.” (Quintas, *op cit*, p. 55).

Apesar desse panorama, a pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado, financiada pela FAPERJ (Processo E-26/201.425/2021), apresenta alguns resultados interessantes para o desenvolvimento territorial no Maciço Gericinó-Mendanha, dentre os resultados demonstram que o PNMNI tem um grande potencial para atividades de extensão universitária, devido à diversidade que apresenta. A Educação Ambiental, por exemplo, encontra aí um campo fértil, inclusive na abordagem crítica, transformadora e emancipatória.

Uma parceria entre a Universidade e as redes de educação possibilita, por exemplo, uma formação *in lócus* para os professores da região. Um curso de extensão, desenvolvido em 2024, voltado para a comunidade do entorno do PNMNI denominado “Curso de Condutores Ambientais do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu”, possibilitou dentre outros frutos a geração de renda, e a promoção de relações de pertencimento da comunidade do entorno. Nesta direção, entende-se que o Parque deve ser visto como uma extensão da vida cotidiana, como *lócus* da interação, da sociabilidade, do lazer. Tais concepções propiciam conjuntos de imaginários e ações que divergem da degradação ambiental que ocorre atualmente em áreas da zona de amortecimento.

Também foi ofertado, em 2024, o curso “Sustentabilidade Territorial: Fundamentos Operacionais em Geoprocessamento com o Apoio de Drones”, onde o público alvo foi composto por servidores de órgãos públicos federal, estadual e municipais, tais como: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), Defesa Civil Municipal de Nova Iguaçu, Defesa Civil Municipal de Japeri, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Nova Iguaçu, Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, Segurança, dentre outros. Em função do sucesso desse curso, em 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima de Paracambi, município da Baixada Fluminense, solicitou a oferta do referido curso para a capacitação de sua equipe e de outros órgãos públicos do município.

Ressalte-se que, em todas as formações as premissas da EABC estão inseridas, tendo em vista a importância do conhecimento territorial pelos agentes públicos, além de pautar na indissociabilidade entre desenvolvimento territorial e a sustentabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Ambiental como um instrumento formativo que estimula o senso crítico acerca da problemática ambiental e estimula o processo de participação e conscientização, devendo estar inserida no cotidiano da UC e em seu entorno. Queiroz (2018, p. 43), ressalta que não é suficiente inserir a Educação Ambiental para cumprir a legislação ou simplesmente porque é “ecologicamente correto”, é preciso ir além, articulando as ações a fim de transformar os espaços públicos de discussão em espaços de aprendizagem, de formação, espaços em que seja possível a construção de uma nova mentalidade individual e coletiva,

ancorada no respeito mútuo, na democracia e na justiça ambiental. Assim, certamente, haverá reais possibilidades de um uso público eficiente.

Nesta direção, a pesquisa demonstra que a população do entorno do PNMNI, em ambas as vertentes, demonstra interesse em participar de atividades que possam trazer transformações efetivas no território. Ressalte-se a importância do envolvimento da instituição universitária no desenvolvimento de pesquisas e atividades extensionistas em parceria com a comunidade, considerando as demandas e necessidades locais, promovendo ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, a fim de estimular uma postura emancipatória, transformadora e popular, capaz de contribuir para essa transformação radical da sociedade. Especialmente em regiões periféricas, onde muitas vezes há certo descaso do poder público.

Assim, Queiroz (2018) afirma que as atividades de Educação Ambiental em Parques contribuem muito para o uso público, porque são essenciais para a aproximação dos moradores e demais visitantes, o que permite uma maior divulgação e sensibilização, além disso representa “(...) um fenômeno social que envolve diferentes atores com visões distintas sobre as relações entre a sociedade e natureza” (Pimentel e Magro, 2014, p.3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de UC foi fundamental para a preservação das áreas florestadas, entretanto só pensar na implementação desses espaços, sem pensar estratégias para manter esses locais protegidos das formas impróprias de uso, que provavelmente trará, a longo prazo, problemáticas e conflitos. Um dos métodos exposto neste artigo e que é um dos caminhos fundamentais para chegar a um uso público desejável é a partir da EA.

A EA propicia formas de pensar esses espaços de maneira reflexiva e crítica, desde que seja trabalhada a longo prazo, não apenas em momentos pontuais, a participação das pessoas nas ações propostas pelas UC é necessária, pois é a partir desses momentos que se colocam a pensar sobre as questões ambientais, é crucial o envolvimento inicial com a população local devido ao seu conhecimento sobre aquele espaço e logo após abarcar também os demais.

A inserção dos moradores circundantes a esses espaços é um processo que precisa de uma maior atenção, pois são eles que convivem diariamente nesses ambientes e o conhecem através de suas vivências, e claro que o modo que eles enxergam as UC vai muito pelo olhar empírico e geralmente não científico, por isso que existe a necessidade de pensar estratégias para o trabalho com os moradores, fornecendo capacitações, que os levem a entender o que de fato é uma UC, a importância da sua existência e qual o papel dele enquanto morador daquela localidade.

É preciso articular as ações a fim de transformar os espaços públicos de discussão em espaços de aprendizagem, de formação, espaços em que seja possível a construção de uma nova mentalidade individual e coletiva, ancorada no respeito mútuo, na democracia e na justiça

ambiental, e neste contexto o desenvolvimento da Educação Ambiental de Base Comunitária torna-se fundamental, tendo em vista que este viés da Educação Ambiental se consolida como um caminho potente para construir um futuro onde educação, meio ambiente e justiça social caminhem de mãos dadas, reforçando a necessidade de um olhar integrado sobre a relação entre cidade, natureza e sociedade. E desta forma, contribuir no processo de desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

BARROS JÚNIOR, O.C. Encaixando as Peças: caminhos para a gestão integrada das Unidades de Conservação no Maciço Gericinó-Mendanha (RJ). **Dissertação**. Mestrado em Geografia/UFRRJ, Seropédica, 2024.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em: 23 set. 2025.

COSTA, B.P.; MACIEL, J.L. O Território como conceito-chave na Educação Ambiental – reflexões a partir do projeto comunitário “Jardim Botânico e a comunidade: preservando a flora nativa”. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**. 31: 126-145, out., 2006

DIEGUES, A.C. Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e o de recursos naturais. **Cadernos FUNDAP** – São Paulo – Ano 9 – nº 16 – p. 33-45, jun/1989.

DUARTE, P.A. História ambiental de uma unidade de conservação: o parque municipal de Nova Iguaçu-RJ. **Dissertação** (Mestrado). UERJ, 2010.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. – Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 8ª. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MELLAZO, G.C. A percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. In: **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, ano VI, nº 6, 2005.

PELACANI, B.; MENEZES, A. K.; CAMARGO, D. R.; SANCHEZ, C.; STORTTI, M. **Educação Ambiental comunitária e a luta pela água**. Praxis & Saber. vol. 12, n. 28. 2021.

PIMENTEL, D.S.; MAGRO, T.C. Diferentes dimensões da educação ambiental para a inserção social dos Parques. In: **Anais – Uso Público em Unidades de Conservação**, n. 2, v.2, Niterói, 2014.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: Editora Planta, 2001.

QUEIROZ, E.D. Uso Público o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu-RJ: trilhando entre possibilidades e dificuldades. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Niteroi: UFF, 2018.

QUINTAS, J.S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Orgs.) **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

QUINTANILHA, L.S. O Uso Público em Unidades de Conservação: uma análise das diferentes atividades desenvolvidas no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (RJ). **Monografia** (Graduação em Geografia) - Nova Iguaçu: UFRRJ, 2017.

QUINTANILHA, L.; VALLEJO, L.R. Uso Público em Áreas Protegidas: um roteiro de atividades para fortalecimento de vivências e conscientização através da educação ambiental. In: **Revista Eletrônica Anais Uso Público em Unidades de Conservação**, n. 2, v.2, Niterói, 2014.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. 3ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SOARES, M.C.C., BENSUSAN, N., FERREIRA NETO, P.S. **Entorno das Unidades de Conservação: estudo de experiências com UCs de Proteção Integral**. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002.

VALLEJO, L.R. Políticas públicas e conservação ambiental: territorialidades em conflitos nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ). **Tese** (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2005.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à FAPERJ (Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro) – pelo apoio através do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado; e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Contato dos autores/as:

autor: Edileuza Dias de Queiroz

e-mail: edileuzaqueiroz@ufrrj.br

autor: Lucas da Silva Quintanilha

e-mail:lucasquintanilha18@gmail.com

Manuscrito aprovado para publicação em: 01/12/2025